



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

Contratação de empresa para a Prestação de Serviços, necessários para a ação Agosto Lilás, que irá acontecer no dia 30 de agosto do corrente ano, das 10h às 14h na Praça João Werneck, Centro – São José do Vale do Rio Preto - RJ.

Identificação

Assunto – Contratação de Empresa (s).

Material – Conforme Planilha contendo especificações e quantitativos.

Sector Solicitante – Secretaria Municipal de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação – SEFASCHA/CREAS.

02. PLANILHAS DE ESPECIFICAÇÕES;

2.1 – PRETAÇÕES DE SERVIÇO

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
01	UND	2	SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE TENDA ABERTA 08X08. Descrição: Locação com montagem e SRV 2 desmontagens de tenda aberta, nas dimensões mínimas de 08 metros de frente x 08 metros de profundidade, com 02 metros altura em seus pés de sustentação, cobertura do tipo pirâmide, com lona branca, estrutura em tubo galvanizado, para uso do público em geral. Serviço a ser prestado no dia 30 de agosto de 2024 na Praça João Werneck, Centro. Com início às 10:00hr e término previsto para as 14:00hr. A prestação de serviço deverá ser entregue com no mínimo 1 (uma) hora de antecedência ao início do evento e com uso durante o período mencionado.

03. JUSTIFICATIVA;

A Secretaria de Família, Ação Social, Cidadania e Habitação através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS irá realizar no dia 30 (trinta) de agosto, uma ação em prol do agosto lilás, mês referência na prevenção ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher sendo estabelecida em razão da Lei Federal 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Com o objetivo de orientar a respeito das medidas que podem ser tomadas e os direitos garantidos a essas mulheres, assim como outros serviços que possam contribuir para efetivação da autonomia e bem estar, além de informar a sociedade sobre a necessidade de acabar com a violência contra a mulher e tornar conhecidos os canais de denúncia existentes e os serviços de atendimento à mulher que vivenciam a violência. Contribuir na luta contra a violência doméstica é um dever de todos nós e a informação é uma ferramenta importante nessa luta.

04. VALOR ESTIMADO;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

O valor se dará conforme prévia de mercado.

05. FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA:

5.1 As prestações de serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por um representante designado para este fim pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Esse representante será a servidora **ALESSANDRA MENDES ROCHA**, matrícula 3457, Coordenadora do CREAS.

5.2 Os Serviços deverão ser executados, no dia 30 de agosto das 10h às 14h na Praça João Werneck.

5.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

06. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;

6.1 - SERVIÇOS

6.1.1 Cumprir os prazos estabelecidos, para a prestação dos serviços, locais e horários determinados, não sendo permitido de forma alguma, que haja qualquer atraso na disponibilidade dos serviços;

6.1.2 Arcar com todas as despesas referentes a custos com os materiais e mão de obra, tanto na colocação como na retirada;

6.1.3 Assumir, exclusivamente, a responsabilidade pelos serviços, eventualmente subcontratados, como se os tivesse executados;

6.1.4 Responsabilizar-se integralmente, pelos pagamentos referentes a serviços prestados por terceiros, não cabendo a CONTRATANTE, qualquer obrigação sobre eventuais débitos contraídos junto aos mesmos;

07. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;

7.1 Averiguar e acompanhar a entrega e a prestação dos serviços;

7.2 Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7.3 Exigir a fiel observância das especificações e condições previstas neste Projeto Básico.

7.4 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus profissionais, apoiando-a na migração das informações necessárias à aquisição dos itens;

7.5 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais.

08. DO PAGAMENTO:

8.1 O pagamento poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

8.2 Para faz jus ao pagamento a empresa contratada obriga-se a comprovar sua regularidade junto ao INSS, FGTS e Débitos Federais;

8.3 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário, sendo então obrigatoriedade da empresa possuir conta corrente em sua titularidade.

09. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E COMUNS

09.1 O Serviço a ser prestado enquadrar-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

10.1.1 Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;

10.1.2 Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

10.1.3 Pelo retardamento na realização dos serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

10.1.4 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não realizados ou realizados em desacordo com as especificações técnicas;

10.1.5 Pelo cancelamento do presente contrato por culpa da CONTRATADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;

10.1.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

10.1.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

10.3 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

10.3.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;